

Intervenção da Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Maria Helena André na Conferência de abertura do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, Madrid, 21 de Janeiro de 2010

A luta contra a pobreza e a exclusão social é uma das prioridades do Governo português em geral e do Ministério a que presido em particular. Neste sentido, o Ano Europeu da Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, enquanto momento de reflexão e especial enfoque nos impactos da crise revela-se de importância fundamental para Portugal.

Em Portugal, 18% da população encontra-se em risco de pobreza, percentagem claramente elevada, embora próxima da média da União Europeia.

Não nos resignamos com este facto; muitas são as medidas que foram projectadas e tomadas pelo Governo português para reduzir o número de pessoas vivem em situação de pobreza e de exclusão social.

Na verdade, em 1995 a taxa de pobreza em Portugal era de cerca de 23% para o total nacional. Apesar de não estarmos ainda nos níveis desejados, a evolução dos últimos anos permite fazer uma leitura de gradual diminuição do risco de pobreza, constatando-se uma convergência para os níveis de pobreza de nível comunitário.

Desde 2007, num processo de permanente diálogo social, foram lançadas diversas medidas destinadas a promover a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações, designadamente em resultado de acordos com os parceiros sociais nacionais. Realça-se:

- aumento histórico do salário mínimo;
- as inúmeras medidas de apoio às famílias que tanto contribuem para o combate à pobreza e à exclusão social assim como para o aumento da natalidade. São bons exemplos disso: a construção de equipamentos, creches e os lares para idosos, o novo abono pré-natal para as grávidas, o aumento do abono de família, o apoio acrescido às famílias monoparentais, o reforço e alargamento da acção social escolar, o novo passe escolar, o aumento das deduções fiscais em

função do número de filhos ou dos encargos com a habitação assim como a rede de cuidados continuados para idosos e dependentes;

- alargamento da rede pré-escolar como medida de apoio às famílias mais carenciadas;

- Complemento Social para Idosos, o qual retirou do risco de pobreza mais de 240 mil pessoas e fez aumentar, objectivamente, a sua qualidade de vida;

- reforço do investimento nos equipamentos sociais, como são o caso de lares e creches, assim como o apoio ao seu financiamento, através do programa PARES;

- lançamento do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, através da introdução de um paradigma de desenvolvimento inovador, em articulação com a Academia, que tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de acções a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.

Este forte investimento do Estado revela uma forte aposta na dimensão social e tem tido efeitos positivos na redução das taxas de pobreza e na diminuição das desigualdades. Em particular, o sistema de Segurança Social tem assumido um papel fundamental na redução das desigualdades e risco de pobreza monetária. O RSI – Rendimento Social de Inserção, originalmente contestado por alguns, é hoje entendido como instrumento absolutamente indispensável para combater a pobreza persistente e as várias formas de exclusão e garantia de condições de vida dignas para os mais fragilizados.

É de notar, no entanto, que o grande pacote de medidas tomadas desde 2007, não vê ainda o seu impacto reflectido nas mais recentes estatísticas divulgadas pelo Eurostat, uma vez que estas são construídas com base em rendimentos de 2007. É neste sentido fundamental a publicação/divulgação de dados e elementos mais actualizados, que permitam medir de forma rigorosa e fidedigna o impacto das medidas políticas tomadas.

Todos sabemos que o risco de pobreza e de exclusão social aumenta num contexto de crise económica e de desemprego como o que vivemos actualmente. Consciente disso, o Governo português tem pautado a sua acção política tendo sempre em atenção a preocupação última de minorar as situações de exclusão e de pobreza

e de garantir uma vida digna às populações. É neste cenário profundamente afectado pela crise económica e pelo desemprego que a União Europeia deve assumir a grande responsabilidade de fazer deste Ano Europeu um mote para desenhar novos instrumentos de combate na luta contra a Pobreza e a Exclusão Social numa Europa.

Portugal deseja participar activamente neste Ano Europeu e assume plenamente as suas responsabilidades neste grande projecto colectivo. Portugal está firmemente empenhado na recuperação da crise através de medidas políticas centradas no emprego e na protecção social. Neste contexto, o evento de lançamento do Ano terá lugar no próximo dia 6 de Fevereiro e conta com o envolvimento dos parceiros sociais e inúmeras organizações da sociedade civil. Será um evento de grande visibilidade contando com a larga divulgação por parte da Comunicação Social.

Não desistimos e não aceitamos enveredar por discursos catastróficos. Entendemos que o actual cenário pode e deve também servir de estímulo para a definição de novas estratégias de combate à crise e de menorização dos seus impactos negativos, sempre em numa lógica de diálogo social e em estreita articulação com os parceiros nacionais e as instituições europeias. É isso que desejamos!

A todos e todas, votos de bom trabalho, de coragem e criatividade na luta contra a pobreza e a exclusão social, para tornar este ano memorável pela inovação e pelo sucesso das formas e dos mecanismos de combate à crise e aos seus efeitos.